

Leopoldo Silva



Renan (C) conversa com Lula e Fernando Haddad em solenidade no Planalto

## Falta de quórum impede que se vote indicação de Pagot

Pelo segundo dia consecutivo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, suspendeu em Plenário a votação da mensagem que indica Luiz Antônio Pagot para diretor-geral do Dnit. A obstrução dos senadores do DEM e do PSDB im-

pediu que se alcançasse o quórum de 41 senadores. Renan, que ontem conversou com o presidente Lula, observou que a obstrução decorre “de uma pauta que tem que ser negociada entre os partidos, entre os líderes partidários”. **Página 4**

## Fim do voto secreto é aprovado na CCJ

Acordo que previa votação da proposta ainda ontem em Plenário foi contestado pelos líderes do PMDB e do PR. Oposição voltou a obstruir



Célio Azevedo

Maciel (E) preside reunião em que a CCJ acolheu também a indicação de João Dalazen para o Conselho Nacional de Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a proposta de Paulo Paim que acaba com o voto secreto em qualquer deliberação do Congresso. O relator Tasso Jereissati pretendia manter o voto secreto em algumas situações, como indicação de certas autoridades e análise de vetos presidenciais, mas acabou cedendo em função de acordo que garantia o exame

imediato do projeto em Plenário. O acordo foi contestado pelos líderes do PMDB, Valdir Raupp, e do PR, João Ribeiro, levando o DEM e o PSDB de volta à obstrução. A CCJ aprovou ainda o projeto que determina a estadualização das provas de concursos públicos para cargos federais. Autor do projeto, Mão Santa diz que objetivo é garantir isonomia entre os concorrentes. **Página 5**

Moreira Mariz



Impasse no Plenário: governo e oposição não se entendem sobre pauta

## Congresso promulga hoje o aumento do FPM

Duas emendas constitucionais serão promulgadas hoje. Uma aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a outra diz respeito à nacionalidade de filho de brasileiro nascido no exterior. **Página 3**

## Gil propõe emenda para aumentar verba da Cultura

O ministro Gilberto Gil entregou a Cristovam Buarque proposta de emenda orçamentária de R\$ 100 milhões para incentivar projetos cinematográficos e audiovisuais. **Página 6**



Na Comissão de Educação, Gil entrega proposta a Cristovam Buarque



Janete Araújo

## Lavoura de cacau terá por ano R\$ 300 milhões

Investimentos anuais de R\$ 300 milhões para solucionar os problemas da lavoura cacauzeira foram anunciados pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Ele falou em audiência requerida por César Borges. **Página 7**



Moisés Moritz

César Borges diz que prefeitura nada realiza e permite corrupção na saúde

## César Borges critica gestão municipal de Salvador

A cidade de Salvador passa por uma gravíssima crise de gestão, na opinião de César Borges (DEM-BA). O senador acusou o prefeito João Henrique (PMDB) de ter praticado “o maior estelionato eleitoral de todos os tempos” e de não estar correspondendo às expectativas criadas durante a campanha eleitoral.

– São três anos de expectativa diante de uma administração municipal que não realizou nada.

César Borges afirmou que há denúncias de corrupção na Secretaria de Saúde e citou projetos anunciados por João Henrique quando candidato e que não teriam sido sequer iniciados, entre eles o Centro de Referência da Saúde do Negro e o Hospital da Mulher. O metrô da cidade, segundo ele, será concluído apenas pela metade, “o que reflete o desprestígio do prefeito junto aos governos estadual e federal”.

Em aparte, o senador João Durval (PDT-BA), pai de João Henrique, disse que, se seu filho não pôde se dedicar por inteiro à execução dos projetos prometidos durante a sua campanha, isso se deve à necessidade de corrigir erros da administração anterior, como o pagamento de salários atrasados de servidores.

Líder do PT destaca trabalho da Fundação Getúlio Vargas que constata redução de 45%, em 14 anos, na parcela de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza

# Ideli diz que Lula melhora vida dos mais pobres e elege sucessor

Ao comentar estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontando a maior queda na pobreza, no país, nos últimos 14 anos, Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que “não é apenas a prorrogação da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] que vai fazer com que o presidente Lula tenha condições de eleger o seu sucessor em 2010, mas, sim, a melhoria efetiva das condições de vida da população”.

Intitulado *Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda*, o estudo teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, feita pelo



Leopoldo Silva

“Podem criticar, mas mudar a realidade é impossível”, afirma Ideli

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a FGV, entre 1993 e 2006, a

proporção de brasileiros situados abaixo da linha de pobreza caiu de 35% para 19% do total da população, o que significa uma redução de 45% no percentual de pobres em 14 anos.

– A população tem condição de vida efetivamente melhor, apontada, medida e confirmada pela Pnad. Muitos podem falar, criticar e acusar, mas reverter e mudar a realidade, tão contundentemente afirmada e exposta, é impossível – destacou a senadora.

Do ponto de vista da distribuição de renda, a participação dos 50% mais pobres nas riquezas do país cresceu 12%, registrou.

## Renda acompanha ganho real do mínimo, afirma Fátima Cleide

Fátima Cleide (PT-RO) comemorou “as boas notícias” apresentadas pela Pnad, especialmente o crescimento de 7,2%, entre 2005 e 2006, da renda média do brasileiro, que chegou a R\$ 883 no ano passado.

A pesquisa mostrou, conforme a senadora, que a melhoria da renda se deve, entre outras coisas, ao ganho real do salário mínimo.

– É incontestável a sensibilidade do governo do presidente Lula com os menos favorecidos. São incontáveis as políticas públicas processadas nessa direção – destacou.

Fátima Cleide também registrou o anúncio feito ontem pelo presidente Lula sobre investimentos de



Moisés Moritz

Fátima Cleide destaca investimentos em saneamento para comunidades indígenas

R\$ 4 bilhões em projetos de água tratada e coleta de esgoto para comunidades indígenas e quilombolas e para municípios com até 50 mil habitantes da região Norte.

## José Nery apóia reivindicações de servidores federais

As reivindicações apresentadas pelos servidores públicos das áreas de saúde, previdência e trabalho durante a Jornada Nacional de Mobilização, realizada esta semana em Brasília, receberam o apoio de José Nery (PSOL-PA).

O senador também elogiou o protesto contra o projeto do governo de implantar fundações públicas de direito privado, segundo ele, “uma forma de contratar trabalhadores sem necessidade de concurso e sem estabilidade”.

– Trata-se de um projeto completamente ilegal, que, caso venha a ser aprovado, fará retornar a anarquia na administração pública.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário deve votar MPs para destrancar pauta

O Plenário do Senado tem sessão às 14h e deve votar medidas provisórias, entre elas a que fixa a remuneração de cargos e funções comissionados da administração pública federal.

### Implantação da rádio digital em debate

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza audiência às 9h para tratar da implantação da rádio digital. Entre os convidados está o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara.

### Comissão analisa indicação de três embaixadores

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa as indicações de Alcides Prates, para embaixador nas Filipinas; de João Lima Neto, para o Vietnã; e de Jorge Taunay Filho, para o Peru.

### Difusão dos direitos fundamentais

A partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar a emenda ao projeto que trata da difusão por órgãos públicos dos direitos humanos e fundamentais, e outros três itens da pauta.

### Projeto sobre biodiesel em discussão na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se, às 10h, para votar pauta de sete itens. Entre eles, o projeto de lei que trata da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

# JORNAL DO SENADO

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Delcídio Amaral, Tião Viana e Augusto Botelho



Valter ressalta infra-estrutura de transportes do município

## Valter Pereira propõe uma ZPE em Ponta Porã

Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou ontem a apresentação de projeto que cria uma zona de processamento de exportações (ZPE) em Ponta Porã (MS). Para ele, o município tem todas as condições exigidas pela lei para se tornar uma área especial para exportações, especialmente em termos de infra-estrutura de transportes.

O senador também cobrou do governo a edição de uma medida provisória que irá substituir vetos do presidente Lula ao projeto aprovado pelo Congresso Nacional que altera a lei que criou as ZPEs. Os vetos foram negociados com os senadores, e as lideranças do governo se comprometeram com a edição da MP.

## Subcomissão quer saber como o lixo gera energia

A Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovou ontem requerimento que prevê uma visita técnica de seus senadores a cidades da Alemanha, onde pretendem conhecer experiências inovadoras em sistemas de eliminação de lixo e de geração de energia e calor a partir do lixo. A subcomissão é presidida pelo senador Cícero Luceña (PSDB-PB).

No requerimento, os senadores informam a intenção de visitar, em Frankfurt, uma empresa encarregada de recolher o lixo doméstico, a qual possui modernos sistemas de coleta separada, reciclagem de materiais e de separação de papel usado.

Congresso reúne-se às 11h para promulgar PECs sobre elevação de recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios e nacionalidade de filhos de brasileiros nascidos no exterior

# Entra em vigor hoje emenda que dá mais dinheiro para municípios

O Congresso Nacional reúne-se hoje, a partir das 11h, para promulgar duas novas emendas constitucionais. Uma delas é proveniente da PEC 75/07, e aumenta os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A outra, resultante da PEC 272/00, vai permitir que crianças nascidas no exterior filhas de pai ou mãe brasileiros tenham a nacionalidade brasileira, desde que sejam registradas em consulado do Brasil.

A PEC 75/07, que se originou na Câmara dos

Deputados e foi aprovada pelo Senado em 29 de agosto, aumenta em um ponto percentual os recursos destinados ao FPM, hoje composto por 22,5% da arrecadação total da União com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O fundo passará a receber 23,5% de ambas as arrecadações.

Estima-se que o aumento dará mais R\$ 1 bilhão ao FPM. A promulgação da emenda é aguardada por prefeitos de todo o país, que contam com o aumento

de recursos para amenizar as dificuldades financeiras das prefeituras.

Já a PEC 272/00, originada no Senado, teve como primeiro signatário o então senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e foi aprovada pela Câmara em 14 de agosto. Ontem, logo após o anúncio sobre a reunião ter sido feito pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a nova emenda ajudará a regularizar a situação de muitas crianças que não poderiam ter a cidadania brasileira, e ficariam apátridas.

## Demora

A reunião do Congresso foi convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Antes do comunicado, José Agripino (DEM-RN) havia criticado a Mesa do Senado pela demora na promulgação da PEC sobre o Fundo de Participação dos Municípios.

– Já se vão 20 dias, e, por culpa do Congresso, um doze avos dos recursos que são devidos aos municípios não serão entregues – protestou.



Magno Malta diz ser contrário à exploração de jogos de azar

## Magno Malta critica projeto sobre loterias

O projeto de decreto legislativo, de autoria da CPI dos Bingos, que autoriza os estados federados e o Distrito Federal a explorarem loterias foi criticado por Magno Malta (PR-ES).

Na opinião do senador, a medida (PLS 278/06) abre caminho para a privatização das loterias, o que é preocupante no caso do Brasil, país que “não tem vocação para o jogo”.

– Não adianta dizer que isso dá certo em outros países, porque nossos vizinhos não gostam do ordenamento jurídico – disse, acrescentando que as “fronteiras abertas” do Brasil servem de passagem para armas e drogas de outros países.

O senador também defendeu a redução da maioridade penal.

## Neuto de Conto anuncia recursos para rodovia

Em 1991, quando era deputado, Neuto de Conto (PMDB-SC) apresentou um projeto para incluir no Plano Nacional de Viação o prolongamento da rodovia BR-282 a partir de São Miguel d'Oeste (SC) até a ponte sobre o rio Peperiguaçu, na fronteira com a Argentina. A proposição foi transformada em lei em 1995. Ontem, o senador anunciou que foram empenhados R\$ 25,3 milhões para o início do asfaltamento da obra.

– A rodovia cria um corredor de importação, exportação e de turismo com os países do Mercosul. Haverá um encurtamento de 12 mil quilômetros na distância entre os oceanos Atlântico e Pacífico.



Neuto de Conto afirma que obra beneficiará comércio exterior



Valdir Raupp: cidades estão cobertas por cortinas de fumaça

## Raupp pede aviões para combater queimadas

Ao falar como líder do PMDB, o senador Valdir Raupp (RO) pediu ao presidente Lula mais investimentos no combate a queimadas, principalmente na Amazônia. Para o parlamentar, é preciso “adquirir com urgência aviões de combate a incêndios florestais, único meio capaz de vencer as dificuldades de acesso”, citando como exemplo o Canadá.

Raupp informou que em Rondônia cidades estão cobertas por cortinas de fumaça. A poluição prejudicou pousos e decolagens no aeroporto de Porto Velho e aflige as pessoas, causando problemas no aparelho respiratório. Até a navegação pelo rio Madeira tornou-se perigosa pela falta de visibilidade, disse o senador.

## Campos propõe brigada contra os incêndios florestais

Jayme Campos (DEM-MT) voltou a sugerir ao governo federal a criação de uma brigada nacional de prevenção e combate a incêndios florestais, no molde da Força Nacional de Segurança Pública. Ele propõe que o governo entre com os recursos tecnológicos e o monitoramento via satélite, enquanto os estados forneçam o material humano.

O senador opinou que somente com a liberação de recursos para treinamento de pessoal, investimentos em tecnologia, aquisição de aviões e veículos dotados de equipamentos para o combate ao fogo o Brasil poderá garantir a preservação da sua fauna e da sua flora.



Jayme Campos sugere parcerias entre governos federal e estaduais



Augusto lembra que Sarney trouxe a proposta para o país em 1988

## Augusto Botelho comemora sanção de projeto das ZPEs

Augusto Botelho (PT-RR) comemorou a sanção pelo presidente Lula de projeto que altera a lei que criou as zonas de processamento de exportações (ZPEs). A mudança define, entre outras coisas, como serão cobrados os impostos das indústrias instaladas nesses distritos.

As ZPEs, criadas no governo Sarney, abrigam empresas beneficiadas com isenção de impostos sob a condição de que destinem a maior parte da produção ao mercado externo. Augusto lembrou que José Sarney trouxe a proposta para o Brasil em 1988, quando era presidente da República e, em viagem à China, ficou impressionado com as 15 ZPEs então em funcionamento no país.

## Servidores negam envolvimento em irregularidades

Os parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo ouviram ontem depoimentos dos servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) Marco Antônio Marques de Oliveira, José Wellington Moura e da ex-diretora de Engenharia, Eleuza Therezinha Manzoni. Eles negaram envolvimento nas irregularidades em licitações da estatal que estão sendo investigadas pela CPI nos aeroportos de Cuiabá, Brasília e Congonhas, em São Paulo.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) leu para os depoentes as questões formuladas pelo relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Mesa decide sobre quarta representação; DEM e PSDB mantêm obstrução à pauta; Renan diz que absolvição comprovou verdade; PSOL pede fim de sessão secreta

## Mesa examinará hoje nova representação contra Renan

A Mesa do Senado reúne-se hoje, às 11h30, para examinar a quarta representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. A reunião será conduzida pelo vice-presidente, Tião Viana, já que se trata de denúncia contra o presidente da Casa.

Depois de tomarem ciência do parecer requisitado à Advocacia Geral do Senado, os membros da Mesa debaterão o encaminhamento ou não da representação movida pelo PSOL ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Renan é acusado de se associar ao lobista Luiz Garcia Coelho num esquema de propinas para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB. Do esquema também teria se beneficiado o banco BMG.

A unificação das representações contra o presidente do Senado voltou a ser discutida ontem, mas recebeu críticas e ques-



Quintanilha diz que, tecnicamente, é inviável a unificação de processos

tionamentos. Ao final da sessão plenária, o presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), reafirmou seu ponto de vista de que tecnicamente é inviável juntar processos que tratam de denúncias diferentes.

Também é contra a unificação, alegando motivos técnicos, o senador Renato Casagrande (PSB-ES), um dos relatores da representação baseada na denúncia de que Renan teria contas pessoais pagas por um

funcionário da Mendes Júnior. O projeto pela cassação foi aprovado no conselho mas rejeitado no Plenário.

Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), também relatora da primeira representação, há dificuldades técnicas em se juntar processos diferentes.

Outro que se manifestou contra a unificação – proposta por Aloizio Mercadante (PT-SP) – foi Almeida Lima (PMDB-SE), o terceiro relator da primeira representação.

Há dois processos contra Renan no Conselho de Ética: denúncia de tráfico de influência para ajudar a cervejaria Schincariol a quitar dívidas com o INSS e a Receita Federal e denúncia de que teria se utilizado de terceiros para comprar, em sociedade com o usineiro João Lyra, duas rádios e um jornal no estado de Alagoas.

## Adiada mais uma vez decisão sobre Pagot

Pelo segundo dia consecutivo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, suspendeu ontem por falta de quórum a votação da mensagem de indicação do economista Luiz Antônio Pagot para diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Mais uma vez, a obstrução do DEM e do PSDB impediu que se alcançasse o quórum de 41 senadores.

O líder do DEM, José Agripino (RN), liberou os senadores por Mato Grosso Jonas Pinheiro e Jayme Campos para votarem na indicação de Pagot. Na sessão de terça-feira, ambos já haviam defendido o economista.

Ainda segundo Agripino, o fim da obstrução do DEM a essa e outras matérias de interesse do Executivo vai depender de entendimento com os governistas sobre a pauta de votações. Ele propôs nova reunião das lideranças, para negociar uma pauta cuja prioridade seja



Pelo segundo dia, Plenário não vota indicação

dada às propostas sobre o fim da sessão e do voto secreto no Congresso e o afastamento de membros da Mesa investigados pelo Conselho de Ética.

### Denúncia

O impasse em torno da Mensagem 74/07 é alimentado, ainda, pela suspeita de acumulação irregular de cargos por Pagot, denunciada por Mário Couto (PSDB-PA). Tasso Jereissatti (PSDB-CE) também acredita existir um processo de ilegalidade contra Pagot.

Em defesa do indicado, João Ribeiro (PR-TO) sustentou que a Advocacia Geral do Senado não viu ilegalidade na acumulação.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a definição do calendário de votação daquelas duas propostas não significará o fim dessa obstrução partidária. Segundo explicou, o PSDB passaria a uma etapa de obstrução seletiva, que duraria o

tempo que Renan Calheiros permanecer à frente da Presidência do Senado.

### FPM

À véspera da promulgação da Emenda Constitucional 55/07, que eleva em um ponto percentual os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Virgílio cobrou explicações do IBGE sobre a nova metodologia do Censo, que teria provocado redução da contagem populacional em municípios do Amazonas.

## PSOL defende sessões abertas de votação

“O PSOL está trabalhando incansavelmente para aprovar o fim da sessão e da votação secreta de perda de mandato de parlamentar no Senado.” A afirmação foi feita ontem pelo líder do partido, José Nery (PA), que espera que essa decisão já entre em vigor na análise dos próximos processos por quebra de decoro parlamentar contra o presidente da instituição, Renan Calheiros, caso o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decida pela perda de mandato e, conseqüentemente, envie ao Plenário projeto de resolução nesse sentido.

– Estamos trabalhando para que a proposta do fim das sessões e votações secretas chegue ao Plenário antes dos processos contra Renan – afirmou o senador.

Em entrevista à imprensa, José Nery explicou ontem por que defende a



José Nery espera que proposta chegue logo ao Plenário

unificação dos processos contra Renan numa única ação, a ser apreciada em conjunto no conselho. Segundo ele, a razão é que as representações tratam do mesmo assunto.

– Embora as denúncias sejam diferentes, todas estão integradas, já que apuram se houve, por parte de Renan, utilização do cargo político para obten-

ção de vantagens pessoais – destacou José Nery.

Na opinião do senador, caso seja acolhida a sugestão para a unificação dos processos, o melhor procedimento a ser adotado seria o de designar uma comissão de três relatores para investigar as representações conjuntamente, mesmo que sejam elaborados relatórios diferentes, como ocorreu em relação à denúncia de que Renan tinha parte de suas despesas pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. Nesse processo, dois dos relatores – Renato Casagrande (PSB-SE) e Marisa Serrano (PSDB-MS) – elaboraram um parecer pela perda de mandato do presidente do Senado, enquanto o terceiro relator – Almeida Lima (PMDB-SE) – redigiu voto em separado, no qual defendeu a absolvição de Renan.

– Não há obstrução contra ninguém. Há uma obstrução em função de uma pauta que tem que ser negociada entre os líderes partidários. Não cabe ao presidente do Senado.

Ao ser indagado ontem pela imprensa se estaria preocupado com a obstrução comandada pela oposição, o presidente do Senado, Renan Calheiros, negou que essa atitude seja uma manifestação contra a sua permanência no cargo.

– Não há obstrução contra ninguém. Há uma obstrução em função de uma pauta que tem que ser negociada entre os líderes partidários. Não cabe ao presidente do Senado.

Os jornalistas perguntaram também se Renan manteria na pauta de votações a indicação de Luiz Antônio Pagot para o Dnit. O senador respondeu que a definição da pauta depende dos líderes, mas fez a ressalva de que “se os líderes não se entenderem, dificultarão o processo de votação”.

Renan voltou a referir-se à votação na semana

## “Não há obstrução contra ninguém”



Renan nega manifestação contra sua permanência na direção da Casa

passada que o inocentou da acusação de quebra de decoro parlamentar como “a prevalência da verdade”, e afirmou que a imprensa “errou no prognóstico” ao antecipar a sua cassação. Referia-se à primeira representação contra ele, baseada em denúncia de que teria contas pessoais pagas por um lobista.

### Lula

Sobre sua conversa ontem com o presidente Lula, na ante-sala da Presidência no Palácio do Planalto,

afirmou que o encontro teve caráter institucional.

– Foi uma conversa muito boa. Tivemos uma conversa institucional sobre a necessidade de os dois Poderes conversarem, o que temos feito com muita frequência.

Renan insistiu ainda em que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é assunto da Câmara dos Deputados, que deverá ser discutido no Senado quando chegar à Casa.

Acordo prevendo a aprovação da PEC que acaba com o voto secreto, articulado na Comissão de Justiça, não garante a votação do texto em Plenário

## Voto aberto em todas as decisões é aprovado pela CCJ

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto em qualquer deliberação feita no Congresso foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão do colegiado ocorreu exatamente uma semana após a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros, por meio de votação secreta.

O autor da proposição (PEC 50/06), senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que “o voto secreto muitas vezes significa farsa, engo-

do, e seu fim é, inclusive, uma forma de evitar a corrupção, por não permitir negociações esdrúxulas”.

A PEC havia sido alterada por seu relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), para que algumas votações continuassem secretas, como as de vetos presidenciais a matérias aprovadas no Congresso e as relativas a indicações de certas autoridades. Jereissati, no entanto, decidiu retirar suas alterações – contidas em um substitutivo – após vários parlamentares se manifestarem a favor do



Jereissati (D) retira emendas ao texto de Paim para agilizar votação

voto aberto para qualquer deliberação. Um deles, Valter Pereira (PMDB-MS), havia anunciado que pediria vista – o que impediria sua votação ontem.

Jereissati, então, optou por retomar a proposta original, desde que a base aliada concordasse em incluir a matéria na pauta de ontem do Plenário. Ele

afirmou que, apesar de constatar uma “divisão muito clara” entre os que desejam a votação aberta em todos os casos e os que apóiam a votação somente para determinados casos, seria melhor adotar o texto original e votá-lo rapidamente, “pois o Senado precisa dar, neste momento, uma resposta à opinião pública”.

A proposta foi aprovada na CCJ juntamente com a PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que prevê o voto aberto nas decisões de perda de mandato par-

lamentar – medida também prevista no texto de Paim. Se for aprovada pelo Plenário, a matéria segue para a apreciação da Câmara.

### Votação

Jereissati anunciou ainda que apresentará requerimento para que sejam revelados os votos da sessão que absolveu Renan – não todos os votos, mas apenas os dos senadores que assinarem sua solicitação. O pedido será enviado à Mesa, a qual, se acatá-lo, solicitará ao Supremo Tribunal Federal a autorização para a revelação dos votos.

### Delcídio elogia postura da Comissão de Justiça

Ao destacar que o Senado tem se esforçado para garantir mais transparência nas suas atividades, Delcídio Amaral (PT-MS) comemorou a aprovação, na Comissão de Justiça (CCJ), da proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto em todas as deliberações do Congresso Nacional, a PEC 50/06. Porém, ele disse ainda não estar convencido de que as deliberações sobre indicação de autoridades e vetos presidenciais devam ser abertas.

Delcídio também expressou satisfação com a coleta de assinaturas dos líderes feita por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) para que o Projeto de Resolução 55/07, de sua autoria e de Eduardo Suplicy (PT-SP), tramite em regime de urgência. O PRS modifica o Regimento



Delcídio registra ainda celebração dos 229 anos de Corumbá

Interno do Senado para permitir que sejam abertas as sessões em que se votam projetos estabelecendo a perda de mandato.

O senador também registrou o aniversário de sua cidade natal, Corumbá (MS), que completa amanhã 229 anos. Ele informou que o governo federal anunciou a liberação de R\$ 82 milhões para investimentos no município.

### Plenário adia votação da proposta

Ao contrário do que foi acordado no início da tarde de ontem, após aprovação da PEC 50/06 na Comissão de Justiça, a matéria não foi votada em Plenário. O acordo foi contestado pelos líderes do PMDB, Valdir Raupp (RO), e do PR, João Ribeiro (TO), levando o DEM e o PSDB de volta à obstrução.

O relator da proposta na CCJ, Tasso Jereissati, retirou as alterações que havia feito ao texto original, de autoria de Paulo Paim, desde que os governistas concordassem em incluir a matéria na pauta da sessão plenária de ontem. Sob essa condição a matéria foi aprovada no colegiado.

### Divergência

No início da ordem do dia, Jereissati cobrou a votação da PEC, lembrando o acordo feito na Comissão de Justiça, mas a questão dividiu os senadores que se

encontravam em Plenário.

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), disse concordar com a votação, mas lembrou que só poderia haver deliberação sobre a matéria após a desobstrução da pauta, que se encontra trancada por cinco medidas provisórias. O Plenário precisava também votar a indicação de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) chegou a classificar o acordo realizado após a votação da matéria na CCJ como um equívoco, já que levou o relator a aceitar pontos com os quais não concordava, por não julgá-los corretos. Jereissati queria manter o voto secreto no caso dos vetos presidenciais e na indicação de juizes das cortes

superiores.

– Chegaram alguns com um verdadeiro furor pelo voto aberto em todos os níveis. O senador Jereissati resolveu aceder a isso, imaginando que havia efetividade naquela proposta que lhe fizeram. Eu disse ao senador que jamais acreditei que isso pudesse se realizar no dia de hoje [ontem] – lamentou Virgílio.

Ao questionar o acordo, Raupp frisou ser favorável à realização de sessões abertas, mas ressaltou que o voto aberto no caso de julgamento de pessoas “é extremamente complicado”.

– Não entendo por que a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] critica o Senado por causa da sessão secreta. A OAB, a Igreja Católica e muitas entidades, no país e no exterior, fazem sessão secreta – observou Raupp.



Colombo diz que votará contra CPMF e a favor de sessão aberta

### Colombo promete empenhar-se contra a CPMF

Raimundo Colombo (DEM-SC) informou que irá votar contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e se empenhar para que os eleitores possam fiscalizar a atuação dos parlamentares por meio do voto aberto no Congresso. Para o senador, o voto secreto só se justificaria para escolha de autoridades.

Colombo considerou “o fim da picada” a sessão secreta para julgamento do processo de perda de mandato contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na sua opinião, a rejeição de requerimento de Demostenes Torres (DEM-GO), na CPI do Apagão Aéreo, solicitando a quebra de sigilos do ex-presidente da Infraero, deputado Carlos Wilson (PT-PE), “foi mais um constrangimento do Senado perante a opinião pública”.

### Virgílio: oposição apela ao STF contra retirada de MPs da Câmara

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que o seu partido, o PPS e o DEM entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão do governo de retirar três medidas provisórias que estavam tramitando na Câmara dos Deputados e

que tratavam de benefícios tributários.

De acordo com o senador, o governo alegou que precisava aprovar a proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF. Para Virgílio, a atitude do governo desmoralizou o compromisso com o instituto das medidas provisórias pois, com

a retirada, deixou claro que elas não eram urgentes nem relevantes, condição constitucional exigida para a edição de MPs.

– Com que credibilidade o governo enviará MPs ao Congresso agora? Essa é a pior forma que o governo encontra para lidar conosco sobre a CPMF. Essa truculência deve ser recha-

çada aqui – afirmou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, parabenizou os partidos pela iniciativa de encaminhar a ação ao STF e lembrou que o Senado já votou uma PEC que regulamenta e estabelece critérios para a edição de MPs, e que se encontra em tramitação na Câmara.



Virgílio: governo demonstra que MPs não atendem requisito de urgência

## Frente define novas ações em defesa da criança

Durante café da manhã realizado ontem na Câmara dos Deputados, integrantes da Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente definiram as ações a serem executadas até o fim de 2007.

No encontro, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e o senador Renato Casagrande (PSB-ES), entre outros parlamentares, assistiram a uma exposição de programas e serviços oferecidos pelo governo federal em benefício do público infante-juvenil.

Foram apresentados em um telão o programa Disque Denúncia Nacional, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, e outras iniciativas do governo. Segundo Socorro Tabosa, daquela secretaria especial, desde 2003, a central de teletendimento (Disque 100), destinada a receber ligações em defesa de crianças e adolescentes, já registrou 42.372 denúncias.

## Subcomissão da reforma tributária ouve economista

A Subcomissão Temporária para a Reforma Tributária ouve hoje, às 11h30, o economista José Roberto Rodrigues Afonso, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cedido temporariamente ao Senado. Afonso atuou na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Presidida por Tasso Jereissati (PSDB-CE), o colegiado tem como relator Francisco Dornelles (PP-RJ).

Emissora será independente em relação ao governo e ao mercado, declara Delcimar Pires, assessor especial da Secretaria de Comunicação da Presidência

# Projeto de TV pública será enviado na próxima semana

O governo federal deve enviar, na próxima semana, ao Congresso Nacional a proposta de criação da TV Brasil – emissora pública a ser estabelecida pela fusão da Radiobrás com a TVE do Rio de Janeiro.

A informação foi divulgada ontem pelo assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Delcimar Pires, no quarto painel da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações, que teve como moderador o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A conferência discute uma nova política para a convergência tecnológica e o futuro das comunicações.

Conforme Pires, o governo ainda não decidiu se enviará



No debate, Delcimar Pires, Flexa Ribeiro, Evandro Guimarães e Schröder

a proposta sob a forma de projeto de lei ou de medida provisória. Entretanto, a nova emissora, adiantou, deverá ser “independente e autônoma” em relação ao governo e ao mercado. Além disso, afirmou o assessor, a televisão pública será uma “janela de exibição” para produtores independentes de todo o país.

Também participaram do

painel intitulado “A Radiodifusão: Rádio e TV Digital” o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara; o diretor da Abert Evandro Guimarães; o presidente do Fórum pela Democratização das Comunicações, Celso Schröder; e Marcelo Cordeiro, da Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações.

## Saad critica vantagens de telefônicas

Ao mesmo tempo em que se consolida no setor de comunicações a convergência tecnológica, que permite a oferta de múltiplos serviços por uma mesma infra-estrutura, estão se tornando “descomunais” – na definição do presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), João Carlos Saad – as diferenças de fluxo de caixa entre as empresas de telefonia, de televisão a cabo e de televisão aberta.

As emissoras de telefonia, muitas delas controladas por capitais estrangeiros, detêm faturamento superior a R\$ 140 bilhões enquanto

as televisões abertas movimentam aproximadamente R\$ 10 bilhões anuais. A convergência permite a possibilidade técnica de se utilizarem as redes de telecomunicações para a veiculação de conteúdo audiovisual.

– Queremos evitar domínio de capital estrangeiro. Se não houver restrições, o jogo termina – advertiu Saad, durante o quinto painel da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações, que teve como moderador o senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

A mesma preocupação

foi demonstrada pelo presidente da Abert, Daniel Slaviero. Ele considerou “bem-vindas” as novas tecnologias de distribuição de produtos audiovisuais, mas alertou para a necessidade de se proteger um setor que gera 220 mil empregos diretos e indiretos.

O diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Leopoldo Nunes, disse que as políticas públicas para o novo cenário convergente, na área das comunicações, devem ter, entre os seus objetivos, a garantia de sustentabilidade para a produção audiovisual brasileira.

## Gil entrega proposta para aumentar verba da Cultura

Em ato na Comissão de Educação (CE), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, entregou ontem ao presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), proposta de emenda ao projeto de Orçamento da União de 2008, para incentivar projetos cinematográficos e audiovisuais.

No valor de R\$ 100 milhões, a emenda é destinada a promover condições necessárias ao aumento da competitividade da indústria cinematográfica e videográfica nacional, permitindo maior difusão dessa produção no Brasil e no exterior.

Cristovam disse que a TV pública deve exibir programas que não tenham valor de mercado, mas sim valor cultural e educativo.



Gilberto Gil leva à CE pleito do Ministério da Cultura

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, propôs que a comissão também apresente emenda destinada ao incentivo à educação musical para os jovens.

## Cristovam e Arns prestam homenagem a dom Hélder

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Flávio Arns (PT-PR) prestaram ontem homenagem à memória do arcebispo emérito de Olinda e Recife dom Hélder Câmara, pela passagem do oitavo aniversário de sua morte, no dia 27 de agosto.

Para Cristovam, a importância de dom Hélder, o “santo rebelde”, explica-se pela sua capacidade de projetar novos rumos ao país.

O religioso, de acordo com Cristovam, compreendia o sentimento do povo e lutava pela emancipação dos mais pobres, sem, para isso, cometer o equívoco do assistencialismo.

Já Flávio Arns afirmou que dom Hélder foi um exemplo de coerência por ter vivido na prática o discurso que pregava. O sena-

dor opinou que a história da vida do arcebispo deveria ser mais divulgada e a sua figura mais apresentada como um modelo a ser seguido por todos, especialmente pelos jovens, em quem dom Hélder muito confiou e acreditou.

– A imagem que surge diante dos nossos olhos, quando lembramos dele, é a figura de um pastor – considerou Flávio Arns.

Em apartes, José Nery (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Cícero Lucena (PSDB-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Marisa Serrano (PSDB-MS) associaram-se à homenagem. Em nome da Mesa, Tião Viana (PT-AC) também exaltou as qualidades do religioso.



Crivella quer proibir venda em postos e regular propaganda

## Crivella defende mais restrições ao consumo de bebidas alcoólicas

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu ontem a aprovação de duas propostas de sua autoria: a que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina e a que regulamenta a propaganda de cervejas. Crivella lembrou que está sendo comemorada a semana do trânsito e que muitos acidentes são relacionados com o consumo

exagerado de bebidas.

– Cada lojinha de conveniência tornou-se um bar. No Brasil, vendem-se bebidas alcoólicas em todos os lugares – afirmou o parlamentar, assinalando que 60% dos 200 casos anuais de afogamento no Rio de Janeiro têm como uma de suas causas o abuso de bebidas.

Como relação à cerveja, “que

é considerada refrigerante pela legislação”, Crivella observou que a propaganda vem “sempre associada ao sucesso, ao *glamour*, à beleza, parecendo que consumo de álcool é imprescindível para pessoas terem sucesso na vida”.

O parlamentar destacou que, em vez disso, os rótulos das bebidas alcoólicas deveriam contar

“os vícios, os lares destruídos, o desemprego, a primeira porta para cometer o crime”. E lamentou que os brasileiros comecem a beber em idade cada vez mais precoce.

Em aparte, o senador Magno Malta (PR-ES) registra que, para cada grupo de 50 viciados em cocaína recuperados, há apenas um alcoólico.



Na mesa com Patrícia e Valadares (D), Agnelo discute problemas da agência

## Aprovada a indicação de Agnelo Queiroz para Anvisa

Por 20 votos favoráveis e 1 contrário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a indicação de Agnelo Queiroz para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O relator da indicação na CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou voto favorável.

Médico cirurgião da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, Agnelo iniciou-se na vida política como deputado na Câmara Legislativa do DF. Ele ainda exerceu três mandatos de deputado federal e ocupou o Ministério do Esporte de 2003 a 2006, quando saiu para concorrer ao Senado, tendo sido derrotado pelo ex-senador Joaquim Roriz.

A maioria dos integran-

tes da CAS lembrou discurso proferido por Francisco Dornelles (PP-RJ), no qual o senador revelou que, enquanto o Código Civil tem pouco mais de 2 mil artigos, uma única norma da Anvisa para regular as farmácias de manipulação tem mais de 1,5 mil artigos.

Kátia Abreu (DEM-TO) denunciou três funcionários da Anvisa de fazerem *lobby* para empresas multinacionais fabricantes de agrotóxicos, impedindo o registro de produtos genéricos. Flávio Arns (PT-PR) apresentou requerimento para que os funcionários sejam convocados para dar explicação à CAS.

Agnelo apoiou o encaminhamento dado por Arns e se comprometeu a apresentar o assunto em sua primeira reunião na Anvisa.

## Aumento dos planos de saúde é questionado em audiência

O reajuste dos planos de saúde nos últimos dez anos ficou próximo do dobro da inflação registrada no período, afirmou ontem Flávio Arns (PT-PR). Segundo ele, se nada for feito, a maioria da população que paga planos de saúde não terá condições de arcar com as despesas. Por isso, Arns pediu à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que “virasse a mesa em favor da população”.

O pedido foi feito na primeira de uma série de audiências patrocinadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater a situação dos planos e seguros de saúde. Para a presidente do colegiado, Patrícia Saboya (PSB-CE), a melhoria da legislação do setor deve merecer atenção especial do Senado.

Durante o debate, Pedro Chacel, representando a Associação Médica Brasileira, afirmou que os planos privados são “mera relação comercial”. Para Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), não apenas a saúde, mas outros setores, incluindo a educação, viraram “autênticos negócios”.

Ao final da reunião, o presidente da ANS, Fausto Pereira, defendeu, em entrevista à Agência Senado, que o governo faça gestões junto às operadoras no sentido de baratear os custos, o que, observou, puxaria para baixo os preços dos planos. Também participaram da audiência Vanessa Vieira, da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, e Solange Mendes, da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

## Viana pede apoio para portadores de Alzheimer

Ao registrar o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, que transcorre amanhã, Tião Viana (PT-AC) pediu ao governo que ofereça melhor assistência e um acompanhamento mais adequado aos portadores do mal. O senador, que é médico, ressaltou que o Alzheimer atinge mais da metade das pessoas que ultrapassam os 85 anos. A estimativa é de que, no Brasil, 1,2 milhão de pessoas sejam portadores da doença.

Tião Viana lembrou que o país conseguiu, nas décadas de 70 e 80, uma sólida política de proteção às crianças e às mães, por influência da Organização Mundial da Saúde (OMS). Porém, não conseguiu estabelecer uma política vigorosa de proteção às doenças do envelhecimento.

– O quadro é dramático. A previsão é que, em 2025, 24 milhões de idosos sejam portadores da doença de Alzheimer – afirmou.

### Sinais

Os sintomas mais característicos do mal de Alzheimer são a perda progressiva da memória e os distúrbios de comportamento, agitação e agressividade. Apesar de a doença não ter cura, existe tratamento que pode retardar o aparecimento dos sintomas e dar aos doentes melhor qualidade de vida.

O problema, salientou Viana, é que, além da família não compreender a doença e os procedimentos requeridos, os médicos não estão preparados para dar um diagnóstico correto. O senador defendeu a ampliação das vagas de residência médica para geriatras e de informações sobre como tratar de idosos, na formação dos clínicos gerais.



Falta política voltada às doenças do envelhecimento, aponta Viana

Ministro da Agricultura anuncia medidas para combater pragas nas lavouras cacaueiras e elevar a produtividade do setor

## Governo investirá no cacau R\$ 300 milhões por ano

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, anunciou investimentos da ordem de R\$ 300 milhões por ano, nos próximos oito anos, para solucionar os problemas que a lavoura cacaueira vem enfrentando, especialmente na Bahia e no Pará. Ele fez o anúncio ontem, durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O objetivo do debate, requerido por César Borges (DEM-BA), era obter informações sobre a política do ministério para a lavoura cacaueira, o chamado “PAC do cacau”, que prevê investimentos em assistência técnica para melhorar a produtividade e combater as pragas dessa lavoura, como a vassoura-de-bruxa.

César Borges manifestou-se contrário à proposta de extinção da Comissão Executiva de Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac), afirmando que as doenças da lavoura não foram controladas, nem a produtividade foi recuperada.

– Se a situação está ruim



Stephanes (E), ao lado de Neuto de Conto, fala em audiência na CRA

com a Ceplac, será pior sem ela. Queremos que sejam realizadas pesquisas para o setor e apoio técnico aos produtores. As indústrias de moagem de cacau em Ilhéus já pensam em fechar suas portas, porque precisam de 220 mil toneladas por ano e a Bahia está produzindo, nesse momento, apenas 105 mil toneladas/ano, precisando importar o restante – disse o senador.

César Borges reconheceu que pode haver um problema de corporativismo na Ceplac, mas lembrou que a comissão tem larga experiência do setor. Para ele, deve-se recuperar a Ceplac em vez de extingui-la.

Stephanes informou que em até 90 dias haverá uma decisão do governo sobre a Ceplac, depois de concluído o trabalho de grupos que estão examinando informações “mais técnicas e científicas do que políticas” sobre o órgão.

O ministro observou que o setor está muito endividado e que, por isso, condições de financiamento precisam ser especiais. Segundo ele, a dívida que precisa ser renegociada gira em torno de R\$ 800 milhões. Assim, disse o ministro, a Ceplac não pode ser discutida independentemente de um plano de desenvolvimento global para a região cacaueira.

## Produção de insumo agrícola será debatida

A CRA aprovou ontem requerimento de João Tenório (PSDB-AL) para a realização de audiência destinada a debater a evolução da produção e da importação de adubos e corretivos agrícolas, tendo em vista a crescente preocupação mundial com segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global por biocombustíveis.

Ao discutir o requerimento, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) argumentou que o domínio de concessão das rochas fosfáticas e de outras jazidas minerais que servem de insumo para a produção de fertilizantes está em mãos de poucas

empresas que, segundo ela, preferem “sentar nelas” a explorá-las, criando reservas de mercado inúteis. A parlamentar propôs mudanças na lei para obrigar os concessionários das jazidas a explorá-las efetivamente, sob pena de perderem seus direitos de lavra.

Serão convidados para o debate representantes do Ministério da Agricultura; do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex); do Sindicato da Indústria de Adubos Agrícolas; da Associação Nacional para Difusão de Adubos; da Confederação Nacional da Agricultura; e da Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo (Fiesp).

A comissão aprovou, também, requerimento do senador Expedito Júnior (PR-RO) para ouvir o ministro da Agricultura sobre o zoneamento agrícola para cultivo da cana-de-açúcar e a possível proibição dessa cultura na Amazônia Legal e no Pantanal. Sibá Machado (PT-AC) acrescentou ao debate a expansão de culturas para biocombustíveis nessas regiões.

A requerimento do presidente da CRA, Neuto de Conto (PMDB-SC), o colegiado realizará audiências com o presidente da União Brasileira de Biodiesel e com o secretário Especial da Aquicultura e Pesca.



Moreira Mariz  
Tuma elogia ações para que banqueiro seja extraditado

## Romeu Tuma comemora prisão de Cacciolla

Romeu Tuma (DEM-SP) comemorou a prisão, pela Interpol, no último sábado, em Mônaco, na Itália, do ex-banqueiro Salvatore Cacciolla. Ex-dono do Banco Marka, Cacciolla é acusado de ter causado prejuízo de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos do Brasil quando, em 1999, em meio a uma crise cambial, obteve tratamento privilegiado do então presidente do Banco Central, Francisco Lopes.

O senador lembrou que o esquema foi investigado na Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, a chamada CPI dos Bancos.



Moreira Mariz  
Instituições podem ficar sem recursos, alerta Paulo Paim

## Paim quer aprovar logo projeto sobre escolas técnicas

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem um apelo aos senadores para acelerarem a votação em Plenário do projeto de lei da Câmara (PLC 70/07) que trata da instalação de escolas técnicas e agrotécnicas federais no Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Pará e Maranhão.

O senador alertou para a possibilidade de essas unidades de ensino perderem os recursos a elas destinados se a aprovação do projeto não ocorrer até o final do mês.

Objetivo de proposta aprovada pela CCJ é assegurar isonomia entre concorrentes e evitar que distância prejudique a competição

# Concurso federal deve ser feito também nos estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei que determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais. A proposta estabelece que as provas serão feitas no Distrito Federal e nas capitais dos estados nos quais haja pelo menos 50 inscritos.

Do senador Mão Santa (PMDB-PI), o projeto (PLS 509/03) foi aprovado por 16 votos e contou com parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (DEM-MA). Conforme a matéria, a inscrição por procuração deverá ser objeto de regulamento, bem como a regionalização das provas nos casos em que o número de 50 inscritos não for atingido. Na justificativa, Mão Santa observa que a iniciativa tem por finalidade garantir a isonomia entre os con-



Célio Azevedo  
Edison Lobão (D) destaca que matéria reconhece o princípio da isonomia

correntes, evitando deixar que a origem do candidato atue como fator inibidor da competição.

De acordo com o senador, isso pode acontecer quando determinados concorrentes precisarem deslocar-se por grandes distâncias. O relator da matéria também destacou que o projeto reconhece o princípio da isonomia, uma vez que viabiliza a participação em concursos públicos de quem não teria condições de arcar com os altos custos do deslocamento, no caso de as provas se realizarem

em localidades muito distantes de sua residência.

### Judiciário

Edison Lobão disse que o próprio Poder Judiciário tem decidido pela ampliação do número de estados onde são realizadas provas de concursos. Esse fato ocorreu, lembrou o relator, em concurso promovido em 2005 pelo Ibama, quando o juiz da 4ª Vara Federal do Ceará deferiu liminar em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, determinando que as provas também fossem feitas naquele estado.



Célio Azevedo  
"Há o dever de prestar contas à sociedade", assinala Dalazen

Nacional de Justiça. Há também o dever de prestar contas à sociedade – disse, acrescentando que a criação desse órgão representa “um avanço notável em nossas instituições”.

### Etanol

Em sua sabatina, o ministro declarou ainda que o Brasil poderá sofrer retaliações no plano internacional “caso algumas usinas de açúcar e de álcool no país continuem a desrespeitar direitos trabalhistas fundamentais”. Ao responder a uma pergunta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre o assunto, o corregedor observou que o desrespeito aos direitos trabalhistas praticado pelas usinas poderá prejudicar os objetivos do Brasil no plano econômico, no momento em que o governo

## Jarbas pede que Congresso derrube vetos à Sudene

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou ontem o governo Lula por ter vetado artigos da Lei 125/07, que recriou a Sudene, sancionada em janeiro deste ano. De acordo com o parlamentar, os vetos fragilizam a entidade e devem ser derrubados pelo Congresso.

– Surgiu uma Sudene débil e fragilizada pelos vetos do presidente da República, apesar das promessas de sua revitalização ainda na campanha eleitoral – disse.

O senador chamou atenção para análise feita pelo economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo a qual os vetos do presidente “descharacterizaram em muito o projeto, tendo sido criada uma instituição sem recursos, sem garantia de recursos e com autonomia limitada”.

Jarbas Vasconcelos apon- tou como um dos equívocos do governo o veto ao artigo que garantia que os incen-



Moreira Mariz  
Governo fez surgir uma autarquia débil e fragilizada, avalia Jarbas

tivos fiscais já existentes continuariam até que a renda média do Nordeste atingisse o mínimo de 80% da renda média do país.

– O presidente vetou essa criativa maneira de aproximar consistentemente, através da política pública, os indicadores econômicos nordestinos daqueles das regiões mais desenvolvidas. E sabem por quê? Por considerar que essa medida seria por tempo “indeterminado” e traria “prejuízo para os estados e municípios mais pobres”, quando estes ficam exatamente no Nordeste – protestou.

## Alvaro Dias defende Ministério Público de críticas no Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu o Ministério Público de críticas que tem recebido no estado do Paraná. Segundo ele, o MP vem sofrendo questionamentos por parte de lideranças políticas locais desde a abertura de ação civil pública pedindo a demissão de todos os parentes de autoridades que ocupam cargo em comissão no Executivo estadual.

– O confronto com o Ministério Público não contribui para a democracia nem beneficia o aperfeiçoamento das instituições nacionais – afirmou.

O senador citou o periódico *Gazeta do Povo*, do Paraná, que acusa o governo do estado de abrir “quatro novas frentes de batalha contra o Ministério Público”: acabar com a autonomia do MP para definir os próprios salários; forçar os promotores a devolver uma parte dos vencimentos que o governo considera irregular; rever as aposen-



Moreira Mariz  
Confronto com MP não contribui para a democracia, aponta Alvaro

tadorias dos membros do Ministério Público que se aposentaram antes da criação da Paranaprevidência, em 1998; e aprovar, na Assembleia Legislativa do estado, um projeto de lei para congelar os salários dos promotores até que todas as carreiras estaduais de nível universitário alcancem vencimentos equivalentes.

Alvaro alertou para a necessidade de preservação da instituição, por ser o MP essencial no estado democrático de direito, sobretudo quando aparecem tantas denúncias de corrupção.